



**A atualização de *Eumênides*, de Ésquilo, em “A benfazeja”,
de Guimarães Rosa**

The updating of *The Eumenides*, by Aeschylus, in “A benfazeja”,
by Guimarães Rosa

Adilson dos Santos¹

Resumo: Este estudo objetiva demonstrar que o conto “A benfazeja”, de Guimarães Rosa, é uma retomada do mito das “Erínias/Eumênides”, tal como este aparece registrado na trilogia *Oréstia*, de Ésquilo. Adaptando o mito de acordo com a realidade do sertão, o escritor mineiro, ao figurar sua protagonista (Mula-Marmela), dá vida a uma personagem que mantém na essência as características peculiares das antigas titulares do panteão helênico.

Palavras-chave: Mitologia Grega; Conto; Guimarães Rosa; Tragédia Grega; Ésquilo.

Abstract: This study aims at demonstrating that the short story “A benfazeja”, by Guimarães Rosa, is a revival of the myth of the “Erinyes/Eumenides”, as it appears registered in *The Oresteia*, a trilogy of Greek tragedies written by Aeschylus. Adapting the myth according to the reality of the backlands, the writer, when drawing the figure of his protagonist (Mula-Marmela), brings to life a character who keeps in essence the peculiar characteristics of the ancient holders of the Hellenic pantheon.

Key-words: Greek Mythology; Short Story; Guimarães Rosa; Greek Tragedy; Aeschylus.

A fábula presente na tragédia, da mesma forma que na epopéia – sua antecessora na cronologia da literatura grega – dizia respeito ao mito, à idade heróica das grandes famílias reais, como a dos Átridas e a dos Labdácidas. Não cabia aos autores trágicos e épicos criarem personagens, nem sequer ações possíveis, mas sim fazer uso do material existente na memória do homem grego, daquilo que acreditava ser o seu passado. Todavia, o mito tomado em seu estado puro não assinalava um efeito trágico, cumprindo, pois, ao dramaturgo reinterpretá-lo tragicamente.

Na *Oréstia* (458 a.C.), trilogia constituída pelo “Agamêmnon”, pelas “Coéforas” (“Portadoras das Oferendas”) e pelas “Eumênides” (“Deusas

¹ Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nesta instituição, leciona as disciplinas de Teoria da Literatura e Literatura Brasileira.

Benévolas”), Ésquilo (525-456 a.C.) retrata o drama de uma maldição familiar que se abateu sobre a casa dos Átridas. Nesta trilogia, especialmente na última peça, tem o leitor, à sua disposição, um importante registro acerca do mito das “Erínias”, deusas virgens, violentas e de aspecto disforme que tinham por função punir os crimes cometidos entre consangüíneos. Titulares muito antigas do panteão helênico, da época em que figuras femininas dominavam a cúpula celeste (matriarcado), tais divindades, com o advento da teogonia olímpica – representada, em sua grande maioria, por figuras masculinas (patriarcado) –, perdem o poder senhorial que as caracterizavam, porém, passam a incorporar novas funções, como a de castigar toda espécie de *hybris*, o descomedimento dos homens. Em função de tais atributos, deixam de ser as deusas ctonianas do ódio e tornam-se as deusas benfazejas (“Eumênides”).

Como se fosse um tragediógrafo, João Guimarães Rosa (1908-1967), em pleno século XX, retoma o mito das “Erínias/Eumênides”, tal como este aparece configurado na versão de Ésquilo, e escreve “A benfazeja” (*Primeiras Estórias*, 1962). O próprio título atribuído ao conto revela sua aproximação com a obra esquiliana. “Eumênides” e “A benfazeja” são aquelas que praticam o bem, as benevolentes. Assim sendo, este estudo tem por objetivo tornar evidente a presença deste vínculo e demonstrar que, ao revisitar o mito grego, Guimarães Rosa reveste-o de contornos trágicos através da criação de uma personagem (Mula-Marmela) marcada pela *hybris*, vítima de um cruel e terrível destino que lhe nega o livre arbítrio do ego e que assume, num pequeno povoado, a condição de bode expiatório (*pharmakós*).

Oréstia, de Ésquilo

Primeiramente, cumpre apresentar algumas considerações sobre a *Oréstia*, de Ésquilo. A primeira peça que compõe a trilogia, “Agamêmnon”, tem por assunto o assassinio de Agamêmnon, rei de Micenas. A causa de tamanha desgraça encontra-se no sacrifício de sua própria filha. A fim de que a expedição vingadora contra Tróia obtivesse ventos favoráveis e assim prosseguisse, a deusa Ártemis exigiu que Agamêmnon sacrificasse o sangue virginal de Ifigênia. Atendendo aos desejos dos guerreiros gregos e, ao mesmo

tempo, satisfazendo sua *hybris* de comandante supremo, o herói acata o pedido da deusa e a expedição bélica que estava sob seu comando sai vitoriosa. Clitemnestra, ferida em sua condição de mãe e não aceitando o fato da jovem princesa ter sido assassinada em nome do Estado, jura vingar seu sangue e, juntamente com Egisto - primo e inimigo mortal de Agamêmnon -, trama a sua morte. Para isso, ela exila o filho varão, Orestes, único que poderia vingar o sangue paterno quando este fosse derramado. Assim que o rei regressa de sua batalha, Clitemnestra o conduz até o interior do palácio, onde, com a ajuda do amante, fere-o mortalmente.

A segunda peça, intitulada “Coéforas”, constitui-se como uma peça de vingança. Orestes, impelido pelas ameaças de Apolo, retorna de seu exílio e sai em busca dos assassinos do seu pai. Fingindo passar-se por um estrangeiro, cuja nova seria a morte de Orestes (sua própria morte), o herói apresenta-se à sua mãe que, de imediato, manda chamar Egisto para inteirá-lo dos acontecimentos. De regresso, seu amante é o primeiro a tombar pelas mãos de Orestes. Em seguida, ele se confronta com a própria mãe. Ela o adverte sobre a mancha que carregará em virtude desse crime e suas conseqüências. Porém, pautando-se, ao mesmo tempo, na justiça antiga, a lei de talião, e na ordem de Apolo, defensor da *dikê*, o direito novo da *pólis* que caracteriza o assassinato de um pai como crime hediondo, ele a degola. Nesse momento, surgem as Erínias despertadas pelo matricídio. Invisíveis a todos, exceto aos olhos desvairados de Orestes, elas o levam à loucura, torturando-o pelo temor e pelo remorso.

Na terceira peça, “Eumênides”, o nó que se estabeleceu nas peças anteriores se desfaz. Por diversos anos, Orestes, através do sofrimento expiou o seu erro. Enviado por Apolo a Atenas, o herói enfrenta, em julgamento aberto, as Erínias ante o Areópago, a Suprema Corte de Atenas, criada especialmente para esse propósito. Atena presidirá ao grande júri. Apolo, representante do patriarcado e suas novas leis, será o advogado do réu. As Erínias, representantes do matriarcado e seus preceitos, serão as acusadoras. No tribunal, a votação termina empatada e Atena decide o resultado a favor de Orestes.

O feliz desfecho do protagonista desperta a ira das Erínias que, inconformadas com a profanação de suas leis, maldizem os novos deuses e querem provocar desgraças sobre Atenas. Para elas, o crime de Orestes feriu a fertilidade da Terra e esta, ultrajada, não produzirá mais frutos. Atena reconhece a gravidade dos malefícios que cairão sobre sua cidade se a ira de tais divindades tomar forma. As Erínias, “tristes descendentes da negra Noite”, são as forças geradoras da terra e de toda espécie de vida.

Diplomaticamente, Atena apazigua as Erínias e as transformam em Eumênides, as protetoras dos habitantes de Atenas. Seu posicionamento não deixa de reconhecer os valores de tais deusas e sua proposta retoma as fórmulas que elas empregavam ao reivindicar, em nome da ordem, o direito de punir os culpados. Nesse sentido, pode-se dizer que a transformação das Erínias não mudará a natureza das mesmas. Da subterrânea profundidade, sua morada, continuarão a perseguir e punir todos os criminosos e manterão as medidas estabelecidas pelos deuses, a justiça divina: “Seu sentimento, porém, mudou. Não é mais enquanto fúria, mas como benção que elas farão parte da lei da cidade” (MEICHES, 2000, p. 23-24). A atuação delas não se pautará pela doçura e razão, mas pela coerção e terror, ensinando aos homens a mansidão pelo temor:

Levada pelo amor a este povo,
deixo com ele as deusas poderosas
mas de trato difícil; seu encargo
é dirigir a vida dos mortais.
Quem não pautar a conduta na vida
pelos ditames destas divindades
temíveis por seu poder incontestado,
não poderá compreender a origem
dos golpes que recebe em sua vida.
(ÉSQUILO, 1999, p. 184-185)

“Nos domínios do demasiado”

Resumidamente, “A benfazeja” trata da história de Mula-Marmela, mulher de Mumbungo, “homem de gostar do sabor de sangue, monstro de

perversias” (ROSA, 1996, p. 115)². Apesar de amá-lo e de ser correspondida, ela o mata para o bem da coletividade. A partir de então, passa a se dedicar exclusivamente a Retrupé, o enteado cego que conduz pela cidade a esmolar. Este, igualmente temido e odiado, “tão pronto para ser sanguinaz e cruel-perverso quanto o pai” (118), também tivera seus instintos refreados pela protagonista. Segundo boatos, para tirar a visão “de olhos que não devem ver” (118), Mula-Marmela fizera uso de leites e pós de plantas venenosas. Nele, a personagem repete a mesma influência que exercera sobre o companheiro. É somente ela quem o controla. No decorrer da narrativa, procurando abreviar-lhe a agonia, também o mata, por meio de estrangulamento. Em virtude dessas atitudes, ela se transforma em objeto de escárnio e repulsa num pequeno povoado.

Neste conto, há três passagens que, de imediato, apontam para a presença do trágico. Logo no primeiro parágrafo, o narrador, ao se dirigir ao seu interlocutor, os moradores da pequena comunidade que a rechaçam, num tom exortativo, questiona: “Vocês todos nunca suspeitaram que ela pudesse arcar-se no mais fechado extremo, nos domínios do demasiado?” (113).

Nas tragédias gregas, estar “nos domínios do demasiado” era o mesmo que incorrer na *hybris*. De acordo com Nicola Abbagnano, em seu *Dicionário de filosofia*,

com este termo, intraduzível para as línguas modernas, os gregos entenderam qualquer violação da *norma da medida*, ou seja, dos limites que o homem deve encontrar em suas relações com os outros homens, com a divindade e com a ordem das coisas (2003, p. 520).

Infringir qualquer ponto desta norma significava atrair desgraças. Dessa forma, explicam-se os vários “avisos” instigando a ordem e a moderação, conforme se verificava no Pórtico de Delfos: “Conhece-te a ti mesmo” e “Nada em demasia”.

O pecado original do herói trágico é ser o produto de uma *hybris*. Assim sendo, ao figurar Mula-Marmela como alguém situado “nos domínios do

² As demais citações referentes ao conto “A benfazeja” limitar-se-ão ao número da página desta edição.

demasiado”, o narrador a insere na ordem das antigas personagens trágicas. Tal qual os heróis gregos que crêem cegamente em seus valores e por eles dependem todas as suas forças, Mula-Marmela assume uma mesma postura e a mantém ao longo do conto. É por conservar-se dessa maneira que será eliminada. Segundo as normas “civilizadas” que determinam o equilíbrio social do lugarejo, a protagonista é um ser caracterizado pela *hybris*, pois, ao concretizar desejos alheios e inconfessos, transgrediu a lei. Cristalizar pulsões agressivas como matar o marido, cegar o enteado e, posteriormente, estrangulá-lo, coloca-a “fora” da “vida exemplar de todos”.

“Destino, o terrível”

A segunda passagem que nos permite aproximar a narrativa rosiana do universo trágico encontra-se no terceiro parágrafo, quando o narrador afirma: “Rica, outromodo, sim, pelo que do destino, o terrível” (113). Permeando a maioria das tragédias gregas, o destino pode ser considerado como um dos elementos trágicos por excelência. É através do encadeamento de fatos fatídicos que o herói, um ser sem escolha, dá-se conta de sua impotência e vulnerabilidade. Não há como fazer frente à força do decurso dos acontecimentos.

No que tange ao conto “A benfazeja”, há uma constante alusão à determinação prévia dos atos de Mula-Marmela. Lê-se no conto que uma “sina forçosa demais apartou-a de todos, soltou-a” (117). Independentemente de sua vontade, a protagonista fora escolhida para ser a executora da “obra altíssima, que todos nem ousavam conceber” (116). Ela

tinha de matar, tinha de cumprir por suas próprias mãos o necessário bem de todos [...]. Só ela mesma, a Marmela, que viera ao mundo com a sina presa de amar aquele homem, e de ser amada dele; e, juntos, enviados. [...] Se não cumprisse assim – se se recusasse a satisfazer o que todos, a sós, a todos os instantes, suplicavam enormemente – ela enlouqueceria? (116-117).

Como aos heróis trágicos, à Mula-Marmela somente resta a não-escolha da escolha. Atribui-se a todos a lei do livre arbítrio, exceto para a protagonista, cuja arbitrariedade é anulada. Sua sina permite-lhe trilhar apenas

um único caminho, ou seja, seu fardo é limpar o vilarejo da “pestilência” daqueles que ultrapassam os limites do bom convívio social, os representantes da desordem, independentemente de fazerem parte dos que lhe são estimados ou não. Mesmo sabendo que os fará sofrer, está consciente de que este é o seu papel. Não há qualquer possibilidade de fuga.

“A expedição do bode – seu expiar”

A terceira passagem que revela a presença do trágico em “A benfazeja” encontra-se no parágrafo que encerra a narrativa. Mula-Marmela, ao sair do vilarejo, é comparada ao bode expiatório: “Sem lhe oferecer ao menos qualquer espontânea esmola, vocês a viram partir: o que figurava a expedição do bode – seu expiar” (121).

Na Grécia Antiga, o bode expiatório (*pharmakós*) era fruto de um mecanismo de transferência a um outro da responsabilidade de um crime ou anormalidade que perturbava a ordem social. Segundo Tzetzes,

o (ritual do) *pharmakós* era uma dessas antigas práticas de purificação. Se uma calamidade se abatia sobre a cidade, exprimindo a cólera de deus – fome, peste ou qualquer outra catástrofe -, o homem mais feio de todos era conduzido como que a um sacrifício como forma de purificação e remédio para os sofrimentos da cidade. Procediam ao sacrifício num local conveniado e davam (ao *pharmakós*), com suas mãos, queijo, bolo de cevada e figos, depois, por sete vezes, batia-se nele com pês e figos silvestres e outras plantas silvestres. Finalmente, eles o queimavam com ramos de árvores silvestres e esparramavam suas cinzas no mar e ao vento como forma de purificação [...] dos sofrimentos da cidade (apud DERRIDA, 1997, p. 80).

Considerando-se tais aspectos, pode-se comparar a figura do *pharmakós* aos heróis presentes nas tragédias gregas. Sobre eles o destino faz recair a culpa de ancestrais. A eles são imputados todos os reveses e desgraças. É por isso que devem vivenciar os piores sofrimentos, ou, até mesmo, serem imolados.

No conto de Guimarães Rosa, pode-se constatar que a comunidade que acompanhava Mula-Marmela estava praticando um ritual no qual a

protagonista, ao ser expulsa do logradouro, ou melhor, de seus “decretantes corações”, era sacrificada. Mula-Marmela concentra em si todos os requisitos configuradores do *pharmakós*, a começar por sua feição desagradável. Descrita diversas vezes como a abominada e reles, a personagem é “feia, furtiva, lupina, tão magra” (121), com um “se sumir de sanguexuga” (113). Suas “sombras carecem de qualquer conta ou relevo” (113). Além disso, é deficiente fisicamente. Com dores nas cadeiras, “andava meio se agachando; com os joelhos para diante” (113). Para a comunidade, ela é um ser que não vale a pena rever, inútil tal qual os indivíduos que o Estado grego sustentava para o ritual de purificação. Pertence a uma família que não produz, não se sustenta e não gera qualquer força de trabalho. Não a desatendendo, juntamente com Retrupé, em seus pedidos de esmola, o lugarejo, como o Estado grego, a toma e a sustenta para, depois de agir a seu favor, expulsá-la friamente. Considerada como catalizadora do mal, é retirada do seio da comunidade. Acrescente-se ainda que, como um *pharmakós*, Mula-Marmela deve ser vista em sua duplicidade. Por um lado, mesmo matando, ela cura. Porque cura, é um ser venerado e benéfico. Por outro lado, porque mata, é temível e maléfica, encarnando, desse modo, as potências demoníacas.

Mula-Marmela: Erínia/Eumênide

Se o conto de Guimarães Rosa fosse intitulado “Eumênides”, o leitor mais ávido não se surpreenderia, visto que a obra do autor sertanejo e a terceira tragédia que compõe a trilogia *Oréstia*, de Ésquilo, têm muito a dialogar. Benfazeja e Eumênides significam benignas, aquelas que praticam o bem.

Nas linhas iniciais de “A benfazeja”, Mula-Marmela é caracterizada com traços físicos abomináveis: reles, feia, “furibunda de magra, de esticado esqueleto, e o se sumir de sanguexuga, fugidos os olhos, lobunos cabelos...” (113). Além disso, é inominada e deficiente física. Verificam-se, por tais aspectos, os primeiros indícios delineadores de sua semelhança com as Erínias. Desprivilegiadas também no aspecto físico, tais deusas eram horríveis para serem contempladas. Segundo a mitologia grega, eram três: Aleto, que

persegue ininterruptamente os criminosos com tochas acesas, tornando-os visíveis; Tisífone, que os açoita com seu chicote; e Megera, responsável por gritar incessantemente em seus ouvidos os crimes que cometeram. Descritas como cavalos alados, tinham cobras se retorcendo em vez de cabelos e olhos injetados de sangue. Como Mula-Marmela, inspiram aversão e animosidade.

No conto de Rosa, Mula-Marmela, Mumbungo e Retrupé, formam uma sinistra tríade. Conforme os padrões éticos, econômicos e estéticos valorizados socialmente, a protagonista encontra-se à margem. Todavia, enquanto o lugarejo a rejeita, Mula-Marmela cuida de sua tranqüilidade. É ela quem preserva as leis que regem o bom convívio social e diz “não” aos excessos criminosos de seu marido e enteado, livrando-o, assim, de suas presenças nefastas. Incapacitada de compreender a dimensão de sua obra, a comunidade não percebe que suas atitudes visam ao bem-estar geral e que sua vida fora sacrificada em prol de todos. Assim como as Eumênides, Mula-Marmela se caracteriza como uma lei externa, uma ministra da justiça que, através do temor e mansidão, contém nos limites os indivíduos que os queiram ultrapassar. Como tais deusas, sua presença infunde medo:

O Mumbungo queria à sua mulher, a Mula-Marmela, e, contudo, incertamente, ela o amedrontava. Do temor que não se sabe. Talvez pressentisse que só ela seria capaz de destruí-lo, de cortar, com um ato de “não”, sua existência doidamente celerada. Talvez adivinhasse que em suas mãos, dela, estivesse já decretado e pronto seu fim. Queria-lhe, e temia-a de um temor igual ao que agora incessantemente sente o cego Retrupé (115).

De modo semelhante às deusas ctonianas, em Mula-Marmela coexiste tanto o elemento benéfico quanto o maléfico. No que diz respeito às personagens míticas, estas, enquanto Fúrias, “representam o espírito vingativo, o gosto pela tortura e pelo tormento aplicados como castigo por toda violação da ordem” (CHEVALIER, 1997, p. 409). Como Eumênides, “encarnam o espírito de compreensão, de perdão, de superação e de sublimação” (CHEVALIER, 1997, p. 409). As primeiras são impiedosas, as segundas, apesar de implacáveis, benévolas, protetoras da ordem social e, em especial, da ordem familiar. Separar os traços que as distinguem enquanto benfazejas

ou malditas não é fácil, uma vez que, para promover o bem, fazem uso da violência.

No que tange ao conto rosiano, a duplicidade benigno/maléfico impregna toda a tessitura narrativa e está presente tanto na maneira como a protagonista é denominada quanto nas comparações às quais é submetida. Seu apelido carrega as marcas de seu destino. Como a “Mula”, pode ser analisada tanto no que se refere à idéia de carga, ou seja, a missão de suporta pesos que não são os seus, quanto à sua esterilidade, embora, mesmo não sendo mãe, incorpore a maternidade. No tocante à “Marmela”, podemos associá-la ao “marmelo”, fruto ácido e adstringente, empregado no preparo de doces. Acre e doce são duas propriedades que caracterizam um mesmo elemento, tal qual Mula-Marmela. Tais atributos atestam, uma vez mais, sua condição de *pharmakós*, ou seja, de bode expiatório.

Lê-se em “A benfazeja” que Mula-Marmela tinha “faces de jejuadora” e “modos contidos de ensalmeira”. Envolvendo a idéia de superstição e magia, tem-se a cura pelo ensalmo, ou seja, por encantamentos – uma prática anticristã. Assim, dentre as múltiplas faces que a protagonista assume no conto – “mula”, “égua” e “loba” –, acrescenta-se agora a de “feiticeira”. Esta, amedrontando o homem desde os primórdios de sua história, encontra-se entre os seres pertencentes às hierarquias demoníacas. Como as bruxas, Mula-Marmela é velha e desprovida de beleza. Suas características físicas e os segredos que cercam sua vida assemelham-se bastante com a imagem que se cristalizou da bruxa má. Não é de se estranhar que um dos indícios de malignidade das bruxas encontra-se em sua feição desagradável.

Em contraposição à condição de ensalmeira, Mula-Marmela é também uma jejuadora, aquela que pratica o jejum. É sabido que tal prática dentre os cristãos constitui-se como uma das formas de se aumentar a fé, penitenciar-se ou seguir um preceito eclesiástico. Para isso, os fiéis devem abster-se de alimentos ou de alguma coisa que lhes seja muito penoso privar-se. No que se refere à Mula-Marmela, pode-se considerá-la uma jejuadora na medida em que se abstém de sua subjetividade. Ela abre mão da felicidade de estar ao lado de

quem amava para alcançar a graça de promover o bem a uma quantidade maior de pessoas.

Mula-Marmela nunca fora mãe: “Ela não tinha filhos. – ‘*Ela nunca pariu...*’” (118). Todavia, mesmo nunca tendo parido, corporifica a experiência materna ao assumir o enteado como seu próprio filho: “Desde que *morreu* o homem-marido, o Mumbungo, ela tomou conta deste. Passou a cuidá-lo, na reobriga, sem buscar sossego” (118). Além disso, como mãe, protege a comunidade que a repele, apesar de “lhe estarem em grande dívida” pelo desaparecimento de Mumbungo e pela neutralização dos atos de Retrupé. Este último, predestinado a cumprir pelas próprias mãos os atos brutais do pai, é impedido de agir e deixa de ser o sujeito de seus próprios desejos. Cegado pela madrasta, sofre uma espécie de morte que reintroduz o equilíbrio na comunidade. Anulando seus atos, ela lhe dá a possibilidade de permanecer junto ao vilarejo. Vale lembrar que uma das únicas coisas que Mula-Marmela diz em todo o conto é “*Meu filho...*” (121), ao responder ao enteado quando este tentara matá-la. Não é de se surpreender também que, no interior da combinação de seu nome, podem-se formar as palavras: amar, mãe e mamãe.

Partilhando situação análoga, as Erínias não tinham filhos. Eram “virgens malditas [...]; nunca as possuíram quaisquer dos deuses, homens e nem mesmo feras” (ÉSQUILO, 1999, p. 145-146). Do mesmo modo que Mula-Marmela, assumem a maternidade na medida em que adotam os seres como seus filhos e são responsáveis pela geração da vida. Tanto a morte quanto a vida são obras de suas mãos.

O discurso persuasivo de Atena na voz do narrador rosiano

Em “A benfazeja”, toma-se conhecimento da especificidade de Mula-Marmela através do narrador. Trata-se de alguém que não pertence à comunidade da qual a protagonista faz parte: “Mas, eu, indaguei. Sou de fora” (115). Tudo o que sabe acerca da personagem obteve através do relato dos habitantes do vilarejo. Sua condição de estrangeiro lhe garante uma visão menos comprometida dos fatos. No entanto, mesmo não pertencendo à população local, demonstra estar por dentro da consciência coletiva.

Pela maneira como efetiva a narração, verifica-se que este assume o papel de um tragediógrafo. Vale ressaltar que a história de Mula-Marmela comporta algumas das situações das quais se nutriam as tragédias: um suposto e desmentido incesto com o enteado, filícidio, além do assassinato do próprio marido. É sabido que os assuntos familiares eram os que mais atraíam a atenção e emocionavam os expectadores do teatro grego, principalmente quando apareciam crimes e transgressões. Todavia, tais fatos não aconteciam em cena, mas eram expressos pelas palavras. Segundo as normas que determinavam as tragédias, ações chocantes eram inconvenientes em cena. Da mesma forma, em “A benfazeja”, a palavra, mais do que os atos de Mula-Marmela, é o que assinala sua versão trágica, uma vez que é a partir dela que estes são legitimados como benéficos para a comunidade que a escarnece por não reconhecê-la como uma “Eumênide”.

No início da narrativa, Mula-Marmela é apresentada como um ser caracterizado pela *hybris* e marcada por um destino que lhe reserva como fim a condição de *pharmakós*. Tudo o que se passou com a protagonista é narrado num tempo presente. É no agora que o narrador relata a sua história; uma história baseada em fatos rememorados numa ordem por ele estabelecida. Constata-se, de antemão, que se trata de alguém que tem os domínios da argumentação, sabe narrar e julgar convenientemente o que deve ser relatado e qual o melhor momento, mostrando-se, além disso, um profundo conhecedor dos valores reinantes nas tragédias, em particular, nas “Eumênides”.

Toda a narrativa transcorre como se fosse uma conversa em que o narrador, indignado diante da maneira como Mula-Marmela é tratada neste pequeno povoado, procura convencer seus habitantes a rever seu julgamento. Num jogo de argumentos e contra-argumentos, ele expõe e, ao mesmo tempo, contesta aquilo que estes julgam ser verdadeiro:

Diziam que, em outro tempo, ao menos, entre eles teria havido alguma concubinação. Cambonda? Vocês sabem que isso é falso; e como a gente gosta de aceitar essas simples, apaziguadoras suposições. Sabem que o cego Retrupé, canhim e discordioso, ela mesma o conduz, paciente, às mulheres, e espera-o cá fora, zela para que não o maltratem (119-120).

A população local que a escarnece por “não saber” e “não querer saber” deixa-se levar pelas aparências e impressões, ignorando a sua verdadeira essência. É precisamente o narrador quem desmascara a sua hipocrisia ante seus próprios olhos:

Seu antigo crime? Mas sempre escutei que o assassinado por ela era um hediondo, o cão de homem, calamidade horribilíssima, perigo e castigo para os habitantes deste lugar. Do que ouvi, a vocês mesmos, entendo que, por aquilo, todos lhes estariam em grande dívida, se bem que de tanto não tomando tento, nem essa gratidão externassem (114).

Para a preconceituosa comunidade, o simples fato de Mula-Marmela estar ligada a Mumbundo e Retrupé, seres tão repugnantes, a torna tão culpada quanto eles. Seu aspecto demoníaco, além de estar presente em seus traços físicos, evidencia-se, também, em seus atos. Como que por um processo de transferência, as maldades e a natureza criminosa de seus companheiros lhes são atribuídas, sendo, por isso, não reconhecida entre os moradores. Em oposição a todos esses aspectos negativos, o narrador intitula a sua história de “A benfazeja”. Uma vez mais, seu interlocutor é instigado a pensar. Se Mula-Marmela é a benfazeja, deve-se procurar e descobrir o que é que está por detrás das aparências. Sendo aquela que pratica o bem, não se pode considerá-la apenas como uma criminosa, um miasma que infecta e corrompe a sociedade da qual faz parte.

É como se estivéssemos num tribunal em que o narrador, assumindo a posição de advogado de defesa, procura legitimar os atos de Mula-Marmela. Ironicamente, introduz, através de perguntas reiteradamente feitas à comunidade, a dúvida em relação à concretude do seu saber, um saber pautado apenas em “simples” e “apaziguadoras suposições”, em “petas [que] escondem a coisa singular” (115). Para o vilarejo, os atos de Mula-Marmela são violações de interditos. Já, para o narrador, não violar o interdito é que se caracteriza como um crime. O crime de “não cumprir por suas mãos o necessário bem de todos” (116), de não levar a efeito a “obra altíssima, que todos nem ousavam conceber, mas que, em seus escondidos corações, imploravam” (116). De acordo com o sistema de conceitos do narrador, aquilo

que a população toma por sentença, constitui-se como uma sanção. Para se fazer digno de fé, ele chega a se colocar dentre os membros da comunidade, assumindo também a condição de vítima das atrocidades de Mumbungo e Retrupé:

Mas, se ela também se tivesse matado, que seria de vocês, de nós, às muitas mãos do Retrupé, que ainda não estava cegado, nos tempos; e que seria tão pronto para ser sangüinaz e cruel perverso quanto o pai – e o que renega de Deus – da pele de Judas, de tão desumana e tremenda estirpe, de apavor? (118).

De ré, Mula-Marmela passa a ocupar o lugar de vítima. Uma vez legitimados os seus atos, ela assume a posição de uma benfeitora, ou melhor, de uma “Eumênide”. Tal como acontece na terceira tragédia que compõe a *Oréstia*, a imagem da personagem é reabilitada através de um discurso marcadamente persuasivo. Atena, na obra esquiliana, ao dirigir-se às Erínias, afirma:

Aqui está o que podeis obter de mim:
fazer e receber o bem e ser benditas
e veneradas numa terra mais que todas querida
pelos deuses, da qual vós sereis
desde este dia distinguidas cidadãs.
(ÉSQUILO, 1999, p. 182).

É graças às palavras que profere que consegue convencê-las e transfigurar-lhes a função. De forças selvagens do mal, transformam-se em defensoras da paz em Atenas.

As Erínias fazem parte de uma época anterior ao tempo dos deuses olímpicos. Um período em que o matriarcado dominava o universo. Todavia, com o desenrolar dos tempos, o poder senhorial feminino enfraqueceu-se e o homem passou a ocupar um lugar proeminente, instaurando-se, assim, o patriarcado. Nesse novo momento, a cúpula celeste grega passa a ser comandada, quase que totalmente, por figuras masculinas. Concomitante a essa transformação, tem-se o surgimento da democracia, cujos preceitos - que visam uma nova forma de sociabilidade entre os cidadãos gregos - vêm ao

encontro com as regras estabelecidas pelos novos deuses. Ao homem que incorrer na *hybris*, tanto o direito humano quanto o divino o punirão.

Estando concorde com o mundo político recém fundado e intimidada pelas ameaças de tais deusas de trazer malefícios para sua terra, Atena tece todo um discurso visando a indução. Promete-lhes honraria em sua nova condição de Eumênides e um lugar proeminente ao lado dos deuses olímpicos. Com isso, a deusa garante a presença amedrontadora de tais divindades, que passam, então, a assumir uma função de extrema importância dentro do novo direito da *pólis*. Uma nova cidade não pode mais comportar crimes de sangue ou mesmo a desordem.

Inserindo as Erínias numa ordem temporal contemporânea às mudanças ocorridas pelo advento da democracia e da entrada dos novos deuses na religião grega, o poeta trágico da *Oréstia*, ao contrário do narrador de “A benfazeja”, não resgata através de memórias a verdadeira face de tais deusas para que esta seja de conhecimento de todos. As Erínias, embora destituídas de seu caráter de fúria e revestidas de contornos benignos, apresentam, ainda, na sua essência, a mesma natureza que as configurou enquanto representantes de um tempo glorioso anterior ao patriarcado. O que mudou, porém, em sua conduta, é que não apenas se encarregarão de punir os crimes entre consangüíneos, mas zelarão também pela proteção da vegetação, pela conduta dos homens e pela criação dos animais. Já no conto rosiano, o narrador tece todo o seu discurso num tempo presente, o agora, tomando como suporte um tempo anterior, cujo conhecimento lhe foi possibilitado através dos relatos dos membros da comunidade. É através da evocação voluntária dessas lembranças que toma, no presente, a defesa de Mula-Marmela e a revela “benfazeja”, qualidade primordial que fora esquecida por todos. Atribuindo à narração um tom convincente, ressalta o negativo no positivo. Para ele, Mula-Marmela deve ser vista na totalidade do seu ser e não a partir dos seus traços físicos. Ela possui feições ocultas a serem reveladas. Todavia, reconhece que este saber transcende a nossa capacidade, foge a nossa razão, pois “em volta de nós, o que há, é a sombra mais fechada –

coisas gerais” (116); ou, como se lê mais adiante: “A cor do carvão é um mistério; a gente pensa que ele é preto, ou branco” (117).

Em virtude de tais atributos, o narrador transforma a história de Mula-Marmela em caso exemplar que deverá ser transmitido às futuras gerações: “E, nunca se esqueçam, tomem na lembrança, narrem aos seus filhos, havidos ou vindouros, o que vocês viram com esses olhos terríveis, e não souberam impedir, nem compreender, nem agradecer” (121-122). É somente estando na consciência coletiva que Mula-Marmela, então, ocupará o lugar que sempre foi e será seu, ou seja, de uma “Eumênide”, uma serva responsável pela observância da justiça, cuidando, com antecedência, de evitar o crime.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. **O espelho: contribuição ao estudo de Guimarães Rosa**. São Paulo: Mandarim, 1998.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Trad. Vera Costa e Silva et alii. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério Costa. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.

ÉSQUILO. **Oréstia: Agamemnom, Coéforas, Eumênides**. 4. ed. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

MEICHES, Mauro Pergaminik. **A travessia do trágico em análise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PASSOS, Cleusa Rios. **Guimarães Rosa: do feminino e suas estórias**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000.

RIEDEL, Dirce Côrtes. As meias verdades em Guimarães Rosa. **Letras de hoje**, Porto Alegre, n. 20, p. 33-42, 1975.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

ROSSI FILHO, Alécio. Ver e re(viver) A benfazeja, de Guimarães Rosa.
Revista de Letras, São Paulo, n. 28, p. 53-61, 1988.

Recebido em: 09-mai Aprovado em: 30-jun